

Aos Vinte dias do mês de junho de dois mil e dezessete, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Minas Gerais, nº 86, Centro, nesta cidade, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, sob a presidência do Senhor Claudio Vicente Kroth e com a presença dos conselheiros titulares, Quim Fernando Massotti, Marcos Cartana, Kleiton Douglas Saggin, Claudio Vicente Kroth, Cris Lisiê Kurylo, Nelson Della Valle, Frederico Batistella, Juliana Meller, e dos Conselheiros Suplentes: Francielli Werlang Puhl e Luis Carlos Martins, e demais presentes: Andréia Carvalho e Cristiano da Silva Lopes. Às 17:00h o presidente Cláudio Kroth procedeu a abertura dos trabalhos e solicitou ao secretário que fizesse a leitura do edital de convocação 06/2017 e em seguida, colocou em aprovação a ata da reunião ordinária de maio de 2017 a qual foi aprovada sem ressalvas. O Secretário Quim comenta que os conselheiros Luis Trevisan, Cláudia Kapper, Rodrigo Santolin e Tania Tissot justificaram suas ausências na reunião por e-mail. Após a palavra é passada para a conselheira Juliana Meller que apresenta o Projeto Santa Rosa Nosso Planeta para 2017. Juliana comenta que o Projeto agora está sob responsabilidade da ONG Terra Verde, e que há dificuldades para serem superadas, que em reuniões do grupo gestor foi definido que o tema deste ano seria voltado ao saneamento, com a ideia principal de alterar a visão de “saneamento básico” para “saneamento vital”, devido a importância do tema para a sociedade. Confirma que devido a burocracias jurídicas, não vão conseguir utilizar os recursos conseguidos no Fundo de Meio Ambiente e no Fundo de Gestão Compartilhada em Saneamento mas que buscaram novos investidores e tornaram o projeto mais enxuto para não deixar de ser realizado e ter continuidade. O conselheiro Jonatas parabeniza a insistência mesmo sem recursos, comenta que esse ano será por amor a camiseta, que a causa ambiental todo mundo apoia mas poucos põe a mão. Que não precisa ter prêmio sempre, tem que ser também pela consciência ecológica. Juliana comenta que o projeto será institucionalizado por lei por sugestão da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e apesar das adversidades, será feito todos os anos. O conselheiro Luis Carlos pede sobre quantas inscrições já haviam e Juliana não soube informar, mas que entre hoje e ontem as escolas começaram a se mobilizar mais. Se houver a necessidade, o prazo de inscrição será prorrogado. Dando seguimento a reunião, o conselheiro Quim apresenta pauta para compra de equipamento para arrancar tocos de árvores. Comenta que um dos temas mais discutidos junto ao CONSEMMA é a arborização urbana e as compensações. Que é difícil de cobrar de um proprietário que fez sua calçada nova que abra ela para replantar uma árvore. Por vezes fazem as calçadas e as árvores precisam ser retiradas depois o que causa grande prejuízo. Dessa forma, o destocador seria uma broca gigante acoplada em um trator, que retiraria o toco da árvore retirada sem fazer estragos, tendo um diâmetro de cinquenta centímetros e perfuração de até oitenta centímetros de profundidade. Claudio comenta que o destocador poderá ser utilizado por particulares e deverá ser criada uma taxa que entre no Fundo de Meio Ambiente para essa utilização. Assim, facilitará também para as pessoas que podem pagar pelo serviço e compensar suas retiradas nos passeios. Quim comenta que o valor do orçamento do equipamento é em torno de cento e vinte e cinco mil reais, uma broca reserva, em torno de seis mil e oitocentos reais, tendo ainda o frete e a instalação da mesma, precisaria ser aprovado pelos conselheiros o valor de Cento e Cinquenta Mil reais. Dessa forma, colocada em votação, é aprovada a pauta para compra do destocador de tocos e o valor de cento e cinquenta mil reais de forma unânime e sem ressalvas. Seguindo a reunião, assuntos gerais, o conselheiro Kleiton Saggin comenta sobre o Cadastro Florestal Estadual, que antes era feito pela SEMA aqui no próprio município, mas desde janeiro de 2017, foi repassado para a SEAPI fazer, lei 14961/16 – florestas plantadas para comércio, eucaliptos, pinus, uva-japão, o regramento e a política passou da SEMA para a SEAPI, no entanto a SEAPI tem vários Departamentos, em Santa Rosa funciona a Defesa Agropecuária e os servidores não estão aptos para efetivar tal cadastro. Comenta que sempre há uma deficiência de comunicação entre as Secretarias do Estado, então quem faz esse cadastro hoje é a SEAPI em Porto Alegre, não há instrumentação para fazer esse cadastro aqui no interior, então as vezes as pessoas vão até a SEAPI daqui pra fazer, contudo tudo agora passa a ser em Porto Alegre e solicita auxílio nesta divulgação. O cadastro é on-line, via sistema, mas o que a SEAPI aqui quer é divulgar que esse cadastro é realizado por Porto Alegre, informa ainda que foi deslocada uma servidora da SEMA

para a SEAPI para coordenar o processo, e comenta que os empreendedores vão até a SEAPI local pra isso e pede ajuda dos conselheiros que ajudem na divulgação da troca do local do serviço. O presidente Claudio comenta que a gama de empresas não cadastradas é muito grande, essa turma deveria ser notificada para se adequar, não tendo a base aqui, essas pessoas não irão a Porto Alegre para fazer isso. Cleiton acredita que tem de ser feito uma base física aqui para atender a demanda. Dando seguimento, Quim comenta sobre convite para o II Seminário da Ouvidoria do SUS na Macrorregião Missioneira, que será realizado na próxima sexta-feira as 08:30h junto a 14ª Coordenadoria de Saúde onde até dois conselheiros do CONSEMMA podem participar. Nada mais tendo para tratar, as 18:00 horas o presidente Claudio Kroth dá por encerrada a reunião. Essa ata vai assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Claudio Kroth e por mim, Quim Fernando Massotti, secretário do CONSEMMA.

Claudio Vicente Kroth

Quim Fernando Massotti